

Prosa:
Escola de Formação de Autoprodutores em Processos Socioambientais

Viviane Zerlotini da Silva¹
Sílvia do Rosário Delgado dos Reis²

RESUMO

O presente documento apresenta as experiências do projeto Prosa e relata suas respectivas ações e metodologias adotadas. Considerando ações dentro e fora da universidade, o Prosa é um projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, aprovado pelo edital nº 088/2017 da Proex, que visa trabalhar junto aos autoprodutores do espaço da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tradicionalmente, o trabalho do Escritório de Integração é prestar assessoria técnica direta a autoprodutores³ do espaço. A partir da experiência da antiga Escola de Formação de Mão de Obra (EFMO), surgiu a proposta da Prosa, uma Escola de Formação de Autoprodutores em Processos Socioambientais. O planejamento das ações diretas foi colaborativo, de modo que os autoprodutores puderam atuar nos processos de decisão sobre o território, a partir do seu conhecimento, da sua experiência e das suas práticas. A expectativa é a de que outras tecnologias de construção e de urbanização, ditas como alternativas ou marginais, possam reverter processos da urbanização extensiva e predatória, tornando-se promissoras tanto a autoprodutores quanto a estudantes, professores, técnicos, operários e outros praticantes da Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Autoprodução. Assessoria Técnica Direta. Processos Socioambientais.

Prosa:
School of Autoproducer Formation in Socio-Environmental Processes

ABSTRACT

This document presents the project experiences "Prosa", and reports their actions and methodologies adopted. Whereas actions within and outside the University, the prose is an extension project of the course of Architecture and Urbanism of the Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Pontifical Catholic University of Minas Gerais), approved by the edict No. 088/2017 of PROEX, and aims to work with the self-producers the metropolitan region of Belo Horizonte. Traditionally the job of the Escritório de Integração (Integration Office) is to provide direct technical assistance to autoproducers of space. From the experience of the former School of formation of labor-EFMO, came the proposal of the Prosa school, that is a Escola de Formação de Autoprodutores em Processos Sócio-Ambientais (School of Autoproducer Formation in Environmental Processes). Direct action planning was collaborative, so that could act in the processes of autoproducers decision on the territory, from your knowledge, your experience and its practices. The expectation is that other technologies of construction and urbanization, said as alternatives or marginal, becoming promising both autoproducers as students, teachers, technicians, laborers and other practitioners of architecture and urbanism.

Keywords: Self-production. Direct Technical Assistance. Socio-Environmental Processes.

Área do conhecimento: 6.05.00.00-0 Planejamento Urbano e Regional.

1 Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG / NPGAU, mestre em Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da UFMG. Coordenadora do Escritório de Integração e coordenadora do projeto Prosa. Arquitetura e Urbanismo / Coração Eucarístico, Núcleo de Extensão de Políticas Sociais e Urbanas - NUPSU; E-mail: zerlotini@oi.com.br.

2 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas/Coração Eucarístico. Extensionista do projeto "Prosa: Escola de Formação de Autoprodutores em Processos Socioambientais". E-mail: silvyreis10@gmail.com.

3 Definem-se como autoprodutores do espaço aqueles que se organizam para planejar e construir seu próprio espaço, resistindo, pela ação, à sua exclusão territorial.

1 INTRODUÇÃO

As atividades de extensão foram promovidas a partir da junção de três instâncias pedagógicas, previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Escritório de Integração⁴, Canteiro em Obras⁵ e Escola de Formação de Mão de Obra⁶. A partir dessas experiências, e na expectativa de atualizá-las frente às questões socioambientais advindas do modo pelo qual as cidades neoliberais são produzidas, a proposta será estruturada em grandes temas de trabalho, comuns aos grupos sociais que autoproduzem seu território. Essas questões serão organizadas em módulos de aprendizagem e ação, cujos temas contemplarão a autogestão, a infraestrutura, a mesoestrutura, a superestrutura e a tecnologia social, tendo como horizonte os processos socioambientais de produção do espaço. O planejamento das ações diretas será colaborativo, de modo que os autoprodutores possam atuar nos processos de decisão sobre o território, a partir do seu conhecimento, da sua experiência e das suas práticas.

Investigações e experimentações tecnológicas para a formação de autoprodutores são realizadas primeiramente no espaço do Canteiro em Obras, no Prédio 47 do Campus Coração Eucarístico e, posteriormente, nos territórios autoproduzidos, onde as propostas se submetem ao debate e aos ajustes, a partir das reais demandas e potencialidades locais.

As atividades desenvolvidas pelo Escritório de Integração (EI) envolveram temas pertinentes à extensão universitária, pois colocam aos graduandos a realidade das metrópoles brasileiras, onde o espaço é, em grande parte, autoproduzido. Para o EI, o espaço autoproduzido guarda potenciais que não são reconhecidos e que são, em sua essência, o que defendemos como outra forma de produção do espaço: a incompletude da urbanização segundo o modelo hegemônico; o baixo consumo de recursos, incluindo a terra; a independência da indústria e da cadeia produtiva da construção civil; a constituição de práticas econômicas, associativas e construtivas outras; a baixa densidade da ocupação; os quintais produtivos; a autonomia e a atuação direta na organização do espaço. Tudo isso faria do espaço autoproduzido um campo privilegiado para a investigação e a experimentação de processos e técnicas de urbanização sustentáveis.

Tal experimentação só é possível mediante o envolvimento e o diálogo estabelecidos entre alunos, professores e moradores. As discussões das possibilidades técnicas idealizadas

4 O Escritório de Integração (EI) é o núcleo de extensão e pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. E-mail: integra@pucminas.br.

5 É um laboratório de experimentação e prática de técnicas construtivas convencionais e alternativas do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

6 Foi um programa de assessoria e formação de autoprodutores, realizado em 2008, com egresso do sistema prisional. Concebido com o objetivo da qualificação de mão de obra para a atuação na construção civil, no contexto das ocupações.

pelos envolvidos no projeto de extensão, tanto os assessores quanto os assessorados, são registros valiosos, fruto de trabalho constante.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A proposta do projeto Prosa

A partir do reconhecimento dos processos autoproduzidos, as práticas de assessoria técnica pressupõem os preceitos da Ecologia Política, os quais consideram as relações sociais necessariamente espaciais e vice-versa, isto é, distintas relações com a natureza ou distintos processos, técnicas e práticas de urbanização que respondem, suportam e reproduzem distintas relações de poder.

Sob a angústia da inexistência, no Brasil, de estudos sistemáticos da chamada urbanização informal e de uma tradição de assessoria técnica direta, o EI vem investigando e experimentando metodologias, tecnologias e práticas pedagógicas diversas. Elas são marcadas pela tentativa de aproximação e de desierarquização entre saberes informais e formais, orientadas à emancipação técnica e econômico-política e à desalienação e à autossustentação dos processos de produção do espaço, segundo diretrizes acadêmicas propostas no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, elaborado em 2008.

O PPP prevê a implantação da Escola de Formação de Mão de Obra (EFMO) e do Canteiro em Obras, que visam à instalação de um ambiente de ensino-aprendizagem que privilegie a circularidade dos diversos tipos de conhecimentos que envolvem a comunidade produtora do espaço construído. Dessa forma, pretende-se, ao mesmo tempo, trazer o trabalhador para o ambiente universitário e aproximar os alunos da realidade a partir da experiência prática com as técnicas construtivas e os problemas da produção. O presente projeto de extensão contempla a adaptação da EFMO e do Canteiro em Obras, inicialmente concebidos com o objetivo de formar mão de obra para atuação na indústria da construção civil, para o contexto das ocupações, no sentido de assessorar e formar autoprodutores capazes e hábeis para a ocupação e a urbanização geossuportadas.

Considerando a complexidade da produção do espaço dos territórios das ocupações, em suas dimensões quantitativas (área de ocupação e quantidade de moradores) e qualitativas (potencialidade dos processos autoproduzidos, vulnerabilidade social e física dos moradores, violência do conflito fundiário), a equipe do EI vem trabalhando para reelaborar as metodologias

das práticas de assessoria técnica, com a intenção de potencializar as experiências, e com vistas a promover a autogestão (Tragtenberg, 1987; Guillermin; Bourdet, 1976).

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito *à obra* (à atividade participante) e o direito *à apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (Lefebvre, 2001 [1968], 135; grifos do autor). David Harvey (2008) reforça a dimensão política e social do direito à cidade em outros dois aspectos. O primeiro refere-se ao caráter coletivo de novos processos de produção de espaço, e o segundo contempla a própria noção de direito, não definido a priori, mas algo a ser construído pelo coletivo.

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (Harvey, 2008)

Para a Geologia Urbana (Carvalho, 2001), a cidade é uma sobreposição de três camadas – infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura –, independentes mas indissociáveis, e produto da interação do homem com um território previamente constituído, que representa ele mesmo a condição única da chamada sustentabilidade – qualquer que seja sua adjetivação.

Essas questões foram organizadas em módulos de aprendizagem e ação, cujos temas contemplam a autogestão, a mesoestrutura⁷, a superestrutura⁸, a infraestrutura⁹, tendo como horizonte os processos socioambientais de produção do espaço. Os autoprodutores atuam nos processos de decisão sobre o território, a partir do seu conhecimento, da sua experiência e das suas práticas. Assim, o planejamento das ações diretas pode se basear em processos colaborativos. O Prosa traz à tona a discussão sobre a implantação de outras tecnologias de construção e de urbanização, ditas alternativas ou marginais, apresentando-as como técnicas que podem reverter processos de urbanização extensiva e predatória, tornando-se promissoras tanto a autoprodutores quanto a estudantes, professores, técnicos, operários e outros praticantes da Arquitetura e Urbanismo.

2.1.1 1º Encontro de Autoprodutores

⁷ O engenheiro geólogo Edézio Teixeira de Carvalho (2001) define a mesoestrutura como o conjunto de condições necessárias para o funcionamento da superestrutura (estruturas antrópicas). São as redes de abastecimento de água e energia, soluções de esgotamento sanitário, entre outras.

⁸ Superestrutura é a relação do homem com os equipamentos. Exemplo: moradias.

⁹ A infraestrutura é o conjunto das condições de suporte à construção da cidade.

O 1º Encontro de Autoprodutores aconteceu no dia 14 de abril de 2018, com cerca de 30 participantes, na sede do EI. Os participantes foram mobilizados por meio de evento criado no Facebook e banners impressos entregues e colados em locais que são foco de assessoria técnica do EI. Esse primeiro encontro teve como intuito principal entender quais demandas de assessoria esses autoprodutores apresentariam. A partir da apresentação dos autoprodutores participantes, foram então apontadas as demandas e as técnicas advindas do conhecimento de cada um. Com base nas necessidades e nas experiências apontadas pelos autoprodutores, em junção às técnicas e aos conhecimentos do EI, seriam fundamentadas as oficinas do projeto.

Inicialmente, a temática abordada partiu da premissa acerca do histórico do EI e de sua relação com projetos executados em parceria com autoprodutores. Foram mencionadas as participações do EI em certas ocupações e os equipamentos e demais dinâmicas feitas nesses espaços. Assim foi apresentado o objetivo do Prosa, diferenciando-o dos projetos desenvolvidos anteriormente nas ocupações. Foi também ressaltado que o novo projeto se fundamenta na proposta de trazer os autoprodutores para práticas de atividades no espaço concedido pela PUC Minas, e não realizá-las nas comunidades, como feito previamente. Além disso, enfatizou-se a importância do autoprodutor como propulsor do curso e destacaram-se os recursos espaciais e humanos disponíveis para sua efetivação. Nesse momento, a expectativa era definir as oficinas de modo concreto com seus participantes, seus dias e horários. A partir da breve introdução dos ideais do projeto, organizou-se uma roda com os interessados presentes, em que cada um se apresentou e compartilhou sua experiência. Foi possível, a partir dos relatos pessoais, definir o perfil dos participantes, que podem ser identificados como autoprodutores, pesquisadores e estudantes com interesse na proposta.

Diversos pesquisadores participaram da roda de conversa, interessados em compreender o processo de autoprodução e autogestão do espaço. Em sua maioria estudantes de Arquitetura, que se mostraram dispostos a participar das oficinas, a fim de abranger os estudos da temática e obter uma maior experiência pessoal e profissional. Em certos casos, alguns estudantes já vieram com certa bagagem na área do estudo de ocupações ou da aplicação de técnicas relacionadas à autoprodução, como no caso da Iara, que tem como estudo de caso o Cabana, ou então a Ingrid, que tem seu pré-TCC focado na autoprodução em Ribeirão das Neves.

Entre as falas de maior contribuição para o debate, destacam-se as dos moradores da comunidade da Vila Novo Ouro Preto – representados pela liderança da Edna -, que traziam em seus relatos um histórico de embates frente à produção do espaço, sua relação prévia com o EI e suas propostas para intervenções futuras. Como liderança, é possível identificar na fala da Edna uma consciência sobre a situação da comunidade de forma politizada, além de um conhecimento

sobre a linguagem técnica e a normatização da construção civil. Enfatizou-se também a preocupação com o planejamento antes da execução, como pode ser exemplificado pela fala “borracha apaga traço e não parede”. Ademais, notou-se uma preocupação de alguns autoprodutores com a manutenção do estilo de vida nas ocupações urbanas, que trazem traços da vida rural e de sua coletividade. Com seu discurso, conclui-se que o assentamento urbano do Novo Ouro Preto possui muitas demandas de atuação e modos de contribuição com o desenvolvimento do Prosa, entretanto, nenhuma foi delimitada de forma concreta na reunião.

Dois representantes de Ribeirão das Neves falaram sobre a necessidade de propostas de alternativas para o espaço da cidade. Reinaldo, aluno do Projeto social Vila Fátima e participante do Acorda Neves¹⁰, ressaltou o fato de pensar na cidade como um todo e mencionou também uma distância da gestão pública quanto a ajuda no desenvolvimento desses movimentos e das necessidades enfrentadas por eles. Já o segundo representante, José Santos, dito ex-vereador de Ribeirão das Neves, justifica essa ausência do poder público com a falta de retorno financeiro do governo para a prefeitura de Neves. Ele também possui experiência na construção civil formal.

A manifestação do grupo das Catadoras de Raposos reforçou o debate acerca do Prosa, ao relatar a mobilização social como principal metodologia de ação. Fátima e Teresinha, lideranças do grupo, ressaltaram também que é substancial priorizar a relação com o meio ambiente e a preservação ambiental e criticaram a ineficiência e a escassez das leis de proteção ambiental. Também é perceptível a politização no debate das lideranças que acreditam que as associações comunitárias são “a mão honesta” e devem agir concomitantemente aos órgãos municipais. Os discursos da comunidade do Novo Ouro Preto e das Catadoras entram em consonância em questões de resgate dos saberes tradicionais.

Ao final dos relatos pessoais, os participantes foram instigados a questionar sobre o papel central dos autoprodutores na progressão do Prosa. Com isso, foi notado que seria necessário um maior detalhamento em torno do conceito de autoprodução, uma vez que várias pessoas apresentaram dúvidas sobre o que isso seria e sobre o que delimita um autoprodutor. Dessa forma, foi dada uma rápida exemplificação a fim de continuar o debate, todavia, ela não foi suficiente, e demonstrou-se ainda um déficit acerca de definições como de autogestão, autoconstrução e autoprodução espacial. Devido ao tempo insuficiente do primeiro encontro para a elaboração das oficinas e demais processos do projeto, foi marcada uma segunda chamada para debater as demandas das ocupações e vilas citadas pelos participantes. O diálogo não avançou porque o número de autoprodutores também foi menor do que o esperado. Em contrapartida, as

10 Movimento social organizado da região de Ribeirão das Neves.

representantes da Ascar¹¹ mencionaram que iriam convidar um número maior de autoprodutores para a próxima reunião.

2.1.2 2º e 3º Encontros de Autoprodutores: visitas a campo

Os encontros seguintes, ocorridos também na universidade, mostraram a necessidade de ir a campo para o reconhecimento dos territórios, a identificação das reais demandas e, se preciso, a mobilização da comunidade. O 2º Encontro de Autoprodutores, realizado no dia 19 de maio, teve como pauta a importância de trazer os autoprodutores para o meio acadêmico. No decorrer do encontro, a conversa girou em torno do seguinte tema: como o Prosa poderia contribuir com cada um dos espaços parceiros. Equipes foram divididas, assim, entre o segundo e o terceiro encontro ocorreram algumas visitas de campo na comunidade Vila Novo Ouro Preto, no dia 22 de maio, e em Raposos, no dia 09 de junho. Em Sabará não foi possível efetuar visita de campo, pois as lideranças se recusaram a passar informações suficientes, como por exemplo, o endereço da associação de moradores.

Em 23 de junho, aconteceu o 3º Encontro e último do Prosa, no qual foram expostos e discutidos os desafios do EI com relação às lideranças e debatidas as demandas de cada lugar. No entanto, como nenhum autoprodutor apareceu em função de dificuldades no deslocamento, a discussão ficou entre os integrantes do EI. Desse modo, os alunos e professores fizeram uma roda de conversa para esboçar os possíveis rumos do Prosa. Surgiram algumas colocações, como qual seria o papel da universidade e que desafios o curso enfrentou. Dentre eles, pode ser citada a tentativa das lideranças em conduzirem as pautas do curso e o impedimento pelas lideranças do EI de se aproximar dos autoprodutores do espaço em seus territórios. Esse distanciamento dificultou a continuidade das ações de formação, no sentido de planejar, agir e refletir coletivamente sobre os processos de autoprodução do espaço.

Conclui-se que os discursos não espontâneos das lideranças mantinham-se fortes, mesmo com a tentativa do EI de quebrá-los ou ressignificá-los. Evidenciou-se também a necessidade de visitar o campo para reconhecer e levantar informações sobre o lugar e os moradores, para assim ter a real demanda da comunidade e requalificar as demandas iniciais apresentadas pelos movimentos sociais.

11 Associação das Catadoras de Materiais Recicláveis de Raposos.

Figura 1 - 2º Encontro do Prosa, em 19 de maio de 2018, no Escritório de Integração



Fonte: Escritório de Integração (2018).

2.2 Zine¹²

Ainda no primeiro semestre, estipulou-se uma segunda fase da escola de formação, que consistia na produção de material gráfico, inicialmente para divulgação do que foi o Prosa. Durante esse processo de produção do material gráfico, alguns questionamentos foram surgindo, assim como a possibilidade de tratar conceitos presentes no trabalho do EI - autoprodução, o conceito do Prosa e urbanização sustentável -, que seriam traduzidos em formato de Zines (figura 2), desenvolvidos no segundo semestre de atividades do Prosa.

Após pesquisas, o Zine foi definido como produto para devolução aos autoprodutores devido à liberdade de exploração do tema e do formato, pois não possui padrões definidos. A fim de compartilhar as ações e os pressupostos do Prosa sobre a produção do espaço, estipulou-se uma linguagem baseada nos materiais já utilizados pelas comunidades. Adotou-se também o uso de textos menos técnicos e imagens de ações da própria comunidade, para estimular o reconhecimento dos moradores com o tema.

A experiência no campo revelou que as demandas de formação pelo Prosa estão presentes em todas as ações extensionistas desenvolvidas no Escritório de Integração, no curso de Arquitetura e Urbanismo e nos cursos parceiros. Ao longo dos trabalhos de assessoria técnica,

¹² O Zine é uma publicação impressa independente, de pequena escala.

demandas de formação de autoprodutores são solicitadas, em diferentes estágios. O caráter diverso da situação-problema determina uma comunicação síncrona e assíncrona entre assessores e assessorados, o que demanda o registro dessas práticas formativas por meio de material didático-formativo.

Figura 2 – Modelo elaborado pelo EI para o Zine sobre autoprodução

PRODUÇÃO AUTO CONSTRUÇÃO GESTÃO	EXPLICAÇÃO PELO ESPAÇO	UM POUCO DE HISTÓRIA
<p>AUTOPRODUÇÃO</p> <p>Todos os usuários da cidade são em sua essência autoprodutores. A forma como modificamos o espaço construído para o nosso uso é uma forma de autoproduzir este espaço. Seja a construção de uma horta, a reutilização de garrafas PETs para criar o cercado de um jardim, a criação de um varal coletivo, a reutilização de materiais para a criação de vasos de planta, são exemplos de autoprodução.</p> <p>A autoprodução é realizada a partir das demandas de um usuário ou um grupo e não de empresas ou instituições públicas. Na maior parte dos casos, trata-se de necessidades relacionadas à moradia, embora também possam incluir usos mistos, pequenas instalações produtivas ou comerciais e até equipamentos coletivos criados por iniciativa de seus usuários.</p>		<p>Município brasileiro do estado de Minas Gerais fundado no início de 1690, com mais de 15 mil habitantes (Censo IBGE/2010), Raposos é apresentado na história como a terra fértil onde Pedro de Moraes Raposo encontrou ouro. Fundando assim o Arraial dos Raposos, a região foi se consolidando através da produção de doces artesanais como rapadura, para além de mercadorias como cachaça e farinha de mandioca.</p>
<p>AUTOCONSTRUÇÃO</p> <p>A autoconstrução é o processo de construção comunitária de casas, igrejas, escolas, hortas comunitárias, por seus moradores e que podem ser auxiliados por parentes, amigos, vizinhos ou por profissional remunerado. Este processo estende-se ainda para o espaço urbano na forma de melhoria de ruas, calçadas, postes.</p>		<p>A fabricação desses produtos se sustentava na plantação de milho, feijão, mandioca e cana de açúcar na própria localidade. A Capela de Nossa Senhora da Conceição, hoje denominada como a Primeira Matriz de Minas Gerais, pode ser considerada um dos primeiros atos de autoprodução sustentável no local visto que originalmente era uma pequena capela construída com pau-a-pique. Segundo estudos, atualmente, Raposos possui cerca de 3.500 casos de construções consideradas irregulares. Sendo a área urbana na sua maioria consolidada pela autoprodução.</p>
<p>AUTOGESTÃO</p> <p>O modelo de organização da autogestão visa construir uma sociedade em que prevaleçam relações democráticas e mais igualitárias, em que métodos participativos sejam usados para que a troca de saberes técnico possa acontecer e assim auxiliar na assessoria técnica direta aos grupos.</p> <p>A autogestão trata-se de um conjunto de práticas organizacionais que buscam distribuir a autoridade, dando clareza de responsabilidades e o máximo de autonomia a cada integrante da organização. Nesse caso, as pessoas deixam de reportar a um superior, porém seguem um conjunto de regras e acordos firmados coletivamente.</p> <p>Ao longo da história moderna, muitas foram as tentativas práticas de solucionar os problemas utilizando comportamentos mais cooperativos e uma dinâmica mais solidária entre os agentes da produção social. Acredita-se que desta forma podemos alcançar a transformação social, a qual, simbolicamente, fortalece o coletivo e contribui para sua sobrevivência.</p>	<p>VASOS DE PLANTAS FEITOS PELOS MORADORES DA COMUNIDADE DE RAPOSOS, A PARTIR DE PRODUTOS REUTILIZADOS.</p>	
		<p>PEQUENA PRODUÇÃO DE CEBOLINHA NAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO DO EDIFÍCIO.</p>

Fonte: Escritório de Integração (2018).

Caracterizam o processo, portanto:

- uma formação não linear, cujos módulos são organizados a partir de demandas pontuais dadas pelas assessorias técnicas;
- a mobilização de uma diversidade de praticantes de arquitetura (autoprodutores, alunos e professores), segundo o interesse pelos temas das oficinas, o que promove um intercâmbio de saberes entre os grupos sociais e exige uma linguagem universal;
- a formação de extensionistas segundo os temas demandados pelas assessorias técnicas, que mobilizam aulões, palestras, grupos de estudos, seminários, grupos de discussão;
- uma prontidão dos extensionistas para o registro e a elaboração de material didático-pedagógico, específico para cada demanda – o que se denomina cartografias socioespaciais (maquetes interativas, mapas colaborativos, folhetos, brochuras, apresentações). O caráter dinâmico do Prosa ampliou o debate inicial do projeto. Para

além das questões relativas aos processos socioambientalmente sustentáveis de urbanização, o campo nos deixou clara a necessidade de valorização dos saberes mobilizados pelos autoprodutores na produção do espaço. No ano de 2018, e com expectativa de continuidade em 2019, estamos realizando, de modo colaborativo, dinâmicas formativas para:

- ✓ levantamento de práticas socioambientais no condomínio Mirante da Serra, localizado em um topo de morro no município de Raposos, próximo ao Parque Nacional da Serra do Gandarela, para famílias com renda de 0 a 2 salários mínimos, construído pelo PMCMV, a partir da demanda da associação de catadores local para a implantação de coleta seletiva;
- ✓ levantamento de práticas socioambientais no bairro Santa Tereza, localizado nas vertentes que contribuem com as bacias do córrego da Mata e do Ribeirão Arrudas, a partir da demanda da associação de catadores Coopersol Leste para ampliação dos serviços de reciclagem e reabilitação ambiental no bairro;
- ✓ levantamento de práticas socioambientais nas ocupações da Região da Izidora, localizadas na bacia do córrego Macacos, a partir da necessidade de valorização das práticas de autoprodução do espaço, diante da desmobilização dos moradores, provocada pelo anúncio da Prefeitura de Belo Horizonte de futura urbanização da área, por meio de práticas curriculares de extensão na disciplina Projeto Executivo Urbano I;
- ✓ leitura e reconhecimento do território e da bacia hidrográfica onde os autoprodutores estão inseridos, a partir da demanda das lideranças das ocupações da Região da Izidora para esclarecer os moradores quanto aos processos predatórios e excludentes da urbanização formal, por meio de Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo;
- ✓ construção de um protótipo de biodigestor, em parceria com o Projeto de Extensão Universidade Sustentável, a partir da demanda de moradores das ocupações da Região da Izidora para testar previamente, no Canteiro em Obras, as possibilidades de produção de biogás e biodigestor;
- ✓ proposição de tecnologias socioambientalmente sustentáveis para os moradores do Pocinho, inserido na bacia do córrego Bolina, na região da Serra, a partir de demandas por reabilitação ambiental do território, por meio de práticas curriculares de extensão na disciplina Planejamento Ambiental Urbano.

3 CONCLUSÃO

O Prosa busca instrumentar o grupo de trabalho associado para que ele exerça a transformação social. Nesse âmbito, as normas de produção do espaço não são definidas pelos técnicos e, sim, pelo grupo. E restituir ao grupo o controle sobre os processos produtivos pressupõe uma transformação na própria estrutura de produção de conhecimento, isto é, no modo convencional de atuação do técnico extensionista.

A fricção entre o conhecimento técnico da equipe e o saber fazer dos sujeitos assessorados foi fomentada por três tipos de aparatos, segundo a natureza dessa interação.

O primeiro tipo tem o propósito de identificar demandas e potencialidades e reformulá-las coletivamente. As intenções são várias: oportunizar a contribuição de todos os sujeitos; compartilhar essas demandas e potencialidades com o grupo; registrá-las de modo que a reflexão sobre elas possa permanecer no tempo e no espaço, para além do momento da discussão; revelar aquelas não verbalizadas pelo grupo; revelar conflitos; refletir sobre demandas e potencialidades e priorizá-las. Os aparatos de primeiro tipo mobilizam o tempo passado, a memória a partir da experiência vivida pelo corpo no espaço. É notório como esses aparatos se distinguem do processo convencional ou da simples escuta atenta. Não se trata de consultar os sujeitos a respeito de suas demandas, mas de identificar desafios e potencialidades para uma produção autônoma do espaço. São os aparatos de primeiro tipo as entrevistas em narrativa, as rodas de conversa, a construção coletiva de maquetes, os passeios acompanhados, os encontros e as reuniões do grupo.

O segundo tipo de aparato refere-se ao tempo futuro e às dificuldades do pensamento prospectivo, próprio do ato de projetar. O sociólogo Jessé Souza (2010) aponta as restrições que os trabalhadores populares enfrentam no seu dia a dia, em relação ao comportamento e ao pensamento prospectivos, a partir de uma leitura sociológica sobre o trabalho de pobres urbanos. Segundo o autor, a pouca capacidade de planejar ações futuras se deve ao nível de escassez a que os pobres urbanos estão submetidos. Em outras palavras, a necessidade de “fazer dinheiro” para “matar a fome” de hoje impede o desenvolvimento de um pensamento prospectivo. Melhorias são introduzidas pelos técnicos no processo de trabalho a partir de experimentações. Diferentes de outros objetos, as propostas espaciais são melhor avaliadas mediante protótipos na escala de 1:1, considerando a dinâmica das relações sociotécnicas da atividade de trabalho. No entanto, em comparação às experimentações com o auxílio de maquetes, o protótipo 1:1 apresenta um alto custo de produção. Considerando as experimentações, realizadas tanto pelos catadores, quanto pelos técnicos, os aparatos de segundo tipo referem-se ao que denominaremos aqui de simulações.

O terceiro tipo de aparato contempla o compartilhamento de informações técnicas que podem ser apropriadas pelos sujeitos assessorados, com vistas a promover e a facilitar futuros processos de negociação, junto a engenheiros e arquitetos. A ideia é que esses aparatos possam suportar as decisões futuras dos catadores, mesmo sem a presença dos técnicos assessores. Pressupõe-se que o coletivo se apropria dos valores e dos parâmetros de produção do espaço, quando atua ativamente no processo de decisão. Assim, em situações futuras, o coletivo poderá negociar esses critérios com outros técnicos. O aparato de terceiro tipo, ao propor uma comunicação assíncrona entre catadores e técnicos, ocupa-se em registrar o conhecimento acumulado pelo grupo durante o tempo presente da assessoria técnica e em replicá-lo em situações futuras, como no caso do jogo dos catadores.

As práticas pedagógicas pretendem a compreensão, a reunião e a colaboração entre conhecimentos especializados e saberes tradicionais. Visitas técnicas, reuniões, encontros, aulas ou aulões, oficinas, jogos, canteiros, mutirões, constituem atividades de sensibilização e de capacitação, ao mesmo tempo, no espaço da autoprodução. Essa simultaneidade permite a tomada de consciência do espaço de todos e do próprio espaço, das relações espaciais (que são também sociais) entre público, coletivo e privado, entre natural e transformado, flagrando-se intenções e práticas de apropriação e de transformação do território, orientando uma aprendizagem mútua entre técnicos e moradores. Tal aprendizagem se dá sobretudo *in loco*, no ato, o que significa também uma aproximação entre estratégias de representação (gráfica, cartográfica e, portanto, também social) da realidade e da sua dinâmica. A equipe do EI elabora vários aparatos para promover o debate, antes e durante as intervenções, como maquetes, protótipos, jogos, croquis, informativos e painéis. São instrumentos de caráter processual, elaborados nas visitas técnicas, com o propósito de debater os termos da pauta de discussão e orientar a tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Edézio Teixeira. **Geologia urbana para todos**: uma visão de Belo Horizonte. Belo Horizonte: [s. n.], 2001.

HARVEY, David. (2008). The Right to the City. **New Left Review**, 2008 53 (8): 23-40

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

SOUZA, Jessé (Coord.). **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: VENOSA, R. (org.). **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.